

*Ata da 46ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 18 de setembro de 2014.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelino Galo, *ad hoc*. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial com a finalidade de **discutir o setor de home care do Estado da Bahia**. Em seguida, convidou para compor a mesa dos trabalhos os Srs (as): Alcina Romero, Diretora de Atenção Especializada, representando o Governo do Estado; Aline Soares, representando o Conselho de Enfermagem (Coren); Antônia Kátia, Presidente da AtraHome; João Maurício Passos Maltez, Diretor Médico da Vitalmed; Claudionor Gramosa, Diretor-Presidente da Cooperativa de Enfermagem Home Care (Vitare Coop); João Dantas, representando a Intersindical; Matias dos Santos, representando a Cooperativa Saúde Vida; Rita de Cássia, representando a Cooperativa Inovar; Catarina Queiroz, Presidente da Cooperativa SaúdeCoop; Marcos Cunha, Advogado da Cooperativa; e Gustavo Fernandes Vieira, Presidente do Sindicato de Fisioterapia. O Sr. Presidente, da tribuna, falou sobre a importância da categoria dos trabalhadores de *home care* do Estado, elencando as principais reivindicações e metas da classe. Alertou que a regulamentação da profissão é responsabilidade do Congresso Nacional e que, sem o devido suporte legal, os pleitos dos trabalhadores da área ficarão prejudicados. Lembrou que embora a Assembleia Legislativa legisle no âmbito estadual, a Casa servirá de apoio à classe dos trabalhadores, agindo como vetor de convergência para alcançar as metas da categoria. Mencionou o caráter nobre das atividades desenvolvidas na assistência domiciliar de alta e média complexidade pelos profissionais de *home care*. O Sr. João Dantas parabenizou o Deputado Marcelino Galo por ter optado receber a classe dos trabalhadores da assistência domiciliar em detrimento da busca do voto nesse período. Registrou que a categoria, necessariamente, terá que passar por uma reestruturação dos processos administrativos, notadamente entre as relações dos profissionais e o sindicato. Lembrou que a classe, ainda muito explorada, não possui, entre tantos benefícios, o direito de ter a carteira de trabalho assinada. Afirmou que os proventos dos trabalhadores não eram reestruturados faziam dez anos, mas os planos de saúde eram regularmente majorados. Denunciou que as Cooperativas não obedecem a Lei Geral das Cooperativas e são, na maioria, “empresas de fachada”, sem a devida fiscalização dos órgãos responsáveis. Instruiu os cooperados a ser exigentes no cumprimento das normas vigentes, buscando os direitos tão desrespeitados. Concluiu dizendo que o sistema de *home care* é mantido pelo trabalho árduo dos profissionais de saúde. A Srª Antônia Kátia lembrou que em 2013 foi iniciada a caminhada para excelência dos profissionais de *home care* e para a criação da AtraHome, culminando com as

demandas atuais de plena mobilização para os reajustes salariais e a implantação da gratificação de insalubridade. Reivindicou o cumprimento da Lei 12.790, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – Pronacoop. A Sr^a. Aline Soares, em nome do Coren, conclamou todos a se unir em torno da causa dos trabalhadores de saúde, em todas as categorias profissionais. Anunciou que o Coren está atento às condições de trabalho em *home care* ofertadas no mercado. Disse que os profissionais de saúde são sacrificados em suas atividades, notadamente nos atendimentos domiciliares, onde as condições chegam a ser degradantes, com assédio moral e até sexual. O Sr. Gustavo Fernandes alertou sobre a precarização das atividades de *home care*. Informou que os valores pagos aos profissionais de saúde deste segmento não tiveram reajustes dignos durante os anos passados, comparando o bom atendimento da categoria aos pacientes à adequada remuneração e às condições dignas de trabalho, a exemplo da regulamentação das 30 horas de trabalho semanais. Concluiu dizendo que o sistema de saúde deveria ser um só, com interesses comuns a todas as categorias envolvidas. O Sr. Claudionor Gramosa disse que a Cooperativa passa por dificuldades derivadas da desconfiança e do descrédito por parte dos cooperados. Alertou que as reivindicações, de toda ordem, passam pela união e a participação de todos. Finalizou salientando que a Cooperativa é um catalisador dos ideais e objetivos de todos os profissionais envolvidos no processo. O Sr. Presidente, quebrando o protocolo, convidou a fazer uso da palavra duas pessoas da plateia. O Sr. Franklin enfatizou que a ambiência de uma Cooperativa não pode passar pela desqualificação dos cooperados, visto que uma Cooperativa não tem dono específico, devendo ser gerida por todos os integrantes. Registrou que os valores de manutenção das instituições não podem ser majorados arbitrariamente para não penalizar o corpo de associados. A Sr^a. Liliane dos Santos comunicou que não concorda com o aumento dos valores pagos à Cooperativa pelos cooperados por não haver um retorno adequado com ampla participação dos membros da entidade. Lamentou informar que uma colega de trabalho, após intercorrência com paciente de alta complexidade, sucumbiu a um acidente vascular cerebral; ato contínuo solicitou ajuda da contratante dos serviços e teve o pleito negado, pois a empresa alegou que a prestadora do serviço não tinha plano contratado com a VitalMed e, portanto, não fazia jus ao atendimento. Concluiu dizendo que os trabalhadores da saúde estão desprotegidos pelo sistema. O Sr. Matias dos Santos, informando que a Cooperativa deverá ser gerida por todos os cooperados, alertou que a transparência favorece à integração da coletividade. Abordou a lenta burocracia estadual para abrir e administrar uma Cooperativa. A Sr^a. Catarina Queiroz informou que o processo de assunção da presidência, destituindo o antigo gestor e promovendo a execução do processo legal de votação e posse do novo corpo administrativo, fora muito desgastante e lento. Destacou que em face das dívidas da Cooperativa, ainda não foi efetivada na presidência da Cooperativa SaúdeCoop. Disse que há um vínculo direto entre a folha de pagamento da Cooperativa e a remuneração por parte da empresa ligada a esta (dez por cento).

Teceu elogios à qualificação dos profissionais de saúde e conclamou todos a unir forças em prol de uma Cooperativa mais forte, coesa e transparente. A Sr^a. Alcina Romero definiu como perigoso o perfil da sociedade no tocante ao envelhecimento e aos cuidados exigidos por este perfil, lembrando o índice de mortalidade e de sequelados em face de doenças associadas à idade, a exemplo os acidentes vasculares cerebrais, fatos que mudam as modalidades de assistência de saúde do SUS. Lembrou que o Sistema Único de Saúde não reconhece a modalidade *home care*, reconhece a atenção domiciliar, com variadas tecnologias de atendimento, desde a busca do faltoso portador de tuberculose até os plantões de 24 horas no domicílio. Registrou que as Cooperativas são aportes suplementares de saúde ao SUS e que o Estado da Bahia possui centro de atendimento domiciliar implantado em 35 municípios, com cerca de 735 pacientes em regime de atenção domiciliar, seja por centros agregados de atenção ou por profissionais específicos de atendimento. Observou que existe a necessidade da implantação e do consequente reconhecimento dos profissionais, segundo a Resolução da Diretoria Colegiada, RDC 11 da Anvisa, de atenção domiciliar de alta complexidade. Registrou que para combater a precarização da atenção em saúde domiciliar é imperativo o reconhecimento da profissão com a implantação do piso salarial e dos direitos e deveres dos profissionais. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -